



AUTORIZAÇÃO N.º 4596/2014

1 – O Pedido

Estúdio 14ª, Unipessoal Lda, com sede na Rua do Cardal da Graça, 14ª, 117-075, Lisboa, vem notificar à Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPD) um tratamento de dados pessoais com a finalidade de gestão de recursos humanos.

Do pedido verifica-se que:

- a) Os dados objeto de registo são os seguintes: nome da criança, morada, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, BI, NIF, NISS, nome de contacto dos pais da criança, nome do Banco, NIB, altura, cor dos olhos, cor do cabelo, n.º de roupa, últimos trabalhos realizados;
- b) A recolha dos dados é feita por forma direta, presencialmente, por impresso ou pela internet <http://petitsmodels.com>
- c) Não se verificam comunicações de dados nem interconexões;
- d) Não existem fluxos internacionais de dados para países terceiros;
- e) O titular pode conhecer, corrigir e eliminar os dados que lhe respeitem por escrito junto do responsável;
- f) A requerente propõe-se conservar os dados pelo período de 15 anos;
- g) São indicadas medidas de segurança Lógica (os dados obtidos por formulário serão conservados num *Backoffice* especialmente desenhado para o efeito. O acesso aos dados é restrito e protegidos num sistema de segurança com palavra passe).

2 – Análise

Os dados tratados permitem identificar a origem racial ou étnica dos seus titulares, que no caso são menores de idade. Nessa medida, de acordo com o n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro (LPD) constituem dados sensíveis, pelo que o seu tratamento só é admissível nos termos descritos no n.º 2 do mesmo artigo.



Os dados são tratados com o consentimento expresso e específico dos representantes legais do menor, pelo que, desde que assegurado o direito à informação, a CNPD considera existir legitimidade para o tratamento (cf. artigo 3.º, alínea h), e 7.º n.º 2 da Lei nº 67/98, de 26 de outubro – LPD).

Os dados pessoais recolhidos são pertinentes, necessários e não excessivos em relação às finalidades do tratamento (cf. alínea c) do nº1 do artigo 5º da LPD).

Caso os dados sejam recolhidos através de inscrição *on line*, o titular dos dados deve ser informado de que os dados pessoais podem circular em rede aberta sem condições de segurança, correndo o risco de serem vistos e utilizados por terceiros não autorizados (artigo 10º nº4 da LPD).

No momento da recolha ou da atualização dos dados existentes deve ser assegurado direito de informação e acesso nos termos previstos nos artigos 10.º e 11.º da LPD.

Relativamente aos prazos máximos de conservação de dados, atento o disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 5.º da LPD, devem os dados pessoais ser conservados apenas durante o período necessário para a prossecução das finalidades da recolha e do tratamento posterior, pelo que se entende que o prazo de conservação indicado é manifestamente excessivo. Os dados só poderão ser conservados enquanto se mantiver a relação contratual.

Independentemente das medidas de segurança adotadas pela entidade responsável pelo tratamento, é a esta que cabe assegurar o resultado da efetiva segurança da informação e dos dados pessoais tratados.

O responsável pelo tratamento deve sempre ter em conta o superior interesse da criança, conforme a Declaração Universal dos Direitos da Criança.



3 - Conclusão

Em face do exposto, a CNPD autoriza o tratamento, nos termos declarados e observadas que sejam as condições acima referidas, consignando-se, nos termos dos artigos 7.º n.º 2º, 23.º n.º 1 alínea b), 27º n.º1, e 30.º da Lei 67/98, de 26 de outubro, o seguinte:

Responsável pelo tratamento: Estúdio 14ª, Unipessoal Lda,

Finalidade do tratamento: gestão de recursos humanos;

Categorias de dados pessoais tratados: Nome da criança, morada, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, BI, NIF, NISS, nome e contato dos pais da criança, nome do Banco, NIB, altura, cor dos olhos, cor do cabelo, n.º de roupa, últimos trabalhos realizados;

Comunicação de dados pessoais: não se verifica;

Forma de exercício do direito de acesso e retificação: por escrito junto do responsável;

Interconexões de dados pessoais: não se verificam;

Transferência de dados para países terceiros: não há;

Prazo de conservação dos dados: enquanto se mantiver a relação contratual.

O responsável pelo tratamento deve implementar medidas de segurança adequadas para proteção dos dados pessoais nomeadamente contra a destruição, alteração ou acesso não autorizado, nos termos do artigo 14.º da LPD.

Lisboa, 13 de maio de 2014

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Filipa Calvão', is written over a horizontal line.

Filipa Calvão (Presidente)